**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

# ENSINO DO FUTURO. ESCOLAS PARA O SÉCULO XXI

TRANSFERÊNCIAS DE COMPETÊNCIAS EDUCATIVAS PARA OS MUNICÍPIOS
Lisboa, 25 de Outubro de 2010-10-22

Luiz Fagundes Duarte
*Presidente da Comissão de Educação e Ciência*

No decorrer da última campanha eleitoral para a Assembleia da República, quando eu e outros candidatos andávamos a calcorrear ruas e canadas na tentativa de explicar aos eleitores as razões da nossa candidatura e as linhas gerais do programa que defendíamos, um senhor já idoso, que sentado na banqueta do seu muro seguia atentamente os nossos movimentos, chamou por mim com um gesto largo e, quando cheguei ao pé dele, perguntou-me: "O que é que os senhores andam aí a fazer? Os senhores são da Câmara?".

Ah, a Câmara – essa instituição secular, tão arreigada na nossa tradição político-administrativa e cultural, que ao longo dos tempos foi sendo a imagem do poder real e efectivo junto das populações, não o poder abstracto e intimidatório, característico do poder central, mas o poder das pessoas, por ser aquele que, porque lhes está mais próximo, lhes resolve os problemas do dia-a-dia. Esta velha tradição que remonta aos tempos da fundação da nacionalidade, que foi um dos pilares da organização do estado português, que ancorou a fixação das populações à volta dos símbolos dos seus municípios e em resistência às investidas da aristocracia terratenente, que na sua essência e na opinião de Fernando Catroga funcionava como um prolongamento "do núcleo fundante da própria sociabilidade: a família", que foi refortalecida no século XVI, e que só com a revolução liberal da primeira metade do século XIX, com Mousinho da Silveira, sofreu o primeiro grande revés em nome da economia de escala e contra aquilo a que chamava o "pluralismo dispersivo

tradicional" do nosso país – esta velha tradição descentralista encontra-se, ainda hoje, de boa saúde, tem resistido às grandes transformações que ao longo dos séculos se foram verificando na organização do Estado Português, e não será muito difícil para a generalidade dos nossos cidadãos subscrever a tese que Carlos Alberto da Costa Gomes defendeu no Congresso Nacional Municipalista realizado em 1922, na qual ecoa o pensamento de homens como Alexandre Herculano que, já agora, fez sua a famosa frase de Alexis de Tocqueville (1805-1859) em que se diz que o municipalismo "parece ter saído das mãos de Deus"; ora, para Carlos Costa Gomes, "a instituição municipal foi entre nós o principal factor: 1.º da formação da nacionalidade; 2.º da consolidação da pátria; 3.º do enfraquecimento das classes privilegiadas; 4.º da supremacia do poder civil; 5.º das liberdades públicas; 6.º do desenvolvimento da riqueza local; 7.º das utilidades gerais." (Carlos Costa Gomes, "O Município através da história pátria").

De entre estes argumentos, sublinharei os três últimos – "as liberdades públicas", "o desenvolvimento da riqueza local" e "as utilidades gerais" – na medida em que dão cobertura ao assunto que aqui nos traz: o papel dos municípios no sistema educativo português, necessariamente coberto pela *Constituição da República Portuguesa* (artigo 235º, n.º 2: "As autarquias locais (…) visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas"), e actualmente regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, pela Portaria nº 1049-A/2008, de 16 de Setembro. Com efeito, as competências dos municípios em matéria de educação podem e devem inscrever-se no quadro de garantia das liberdades públicas – na medida em que os municípios, pela sua proximidade com as populações, dão a garantia do respeito pela opinião dos cidadãos envolvidos no processo educativo dos seus filhos –, do desenvolvimento da riqueza local – porque contribuem para o desenvolvimento e qualificação humanos –, e, passe a generalização do conceito, das utilidades locais – e quem negará o estatuto de "utilidade" à

educação das novas gerações? –, em suma, e como manda a *Constituição*, os municípios ocupam-se dos "interesses próprios das populações respectivas".

E é dos interesses próprios das populações que aqui nos ocupamos.

Não precisamos ir mais longe do que à Antiguidade Clássica para encontrarmos afirmações e perguntas como "o fundamento de qualquer Estado é a educação da sua juventude" (Diógenes) ou "que maior ou melhor coisa poderemos oferecer à república, do que ensinar e instruir a juventude?" (Cícero). E no entanto, em matéria de educação, quase toda a história de Portugal se desenrolou à revelia de tais entendimentos – tendo como resultado o atraso educativo face aos padrões europeus que todos nós conhecemos e que agora, sobretudo se nos olharmos ao espelho dos países do alargamento da União Europeia –, todos os dias, nos entram, como uma afronta, pela porta dentro: segundo o relatório sobre o *Estado da Educação 2010. Percursos Escolares*, preparado pelo Conselho Nacional de Educação e apresentado publicamente na Assembleia da República no passado dia 21 de Outubro, Em 2007, apenas 27% da população portuguesa entre os 25 e os 64 anos de idade chegou ao 12.º ano de escolaridade; no mesmo ano, a média na União Europeia para a mesma faixa etária era de 70% – e a da Turquia era de 29%, acima portanto da nossa... Ainda de acordo com o mesmo relatório, a taxa de jovens portugueses que saem precocemente do sistema educativo com, no máximo, o 3.º ciclo do Ensino Básico, era, em 2009, de 31,2%, enquanto a média da zona euro era de 14,4 – sendo a nossa a pior situação, a par da Espanha.

Mas, afinal, de que falamos quando falamos da educação dos jovens em Portugal no final da primeira década do século XXI? – Falamos, com certeza, do muito que nas últimas décadas se investigou, se escreveu, se discutiu, se legislou sobre políticas educativas – incluindo também, espero que para proveito e exemplo de todos nós, os muitos desvarios legislativos que têm

sido cometidos e cujos resultados, se repararmos nas elevadas taxas de abandono e insucesso escolares, estão à vista.

Estamos, porém, a tempo e em condições de ultrapassar os desvarios e de acertar a máquina. Começando, é claro, por definir o que é que se pretende com a educação dos jovens – numa feliz continuação do entendimento daquilo que já Diógenes achava que devia ser a educação – a base do Estado – e daquilo que Cícero achava que seria o melhor contributo dos governantes para a coisa pública: a educação e a instrução da juventude.

E falamos da Educação enquanto primeiro factor de desenvolvimento e de modernidade. Por isso, a aprendizagem dos alunos deve estar no centro das políticas educativas, e as escolas devem ser a sua sede: cada escola é um projecto pedagógico, em diálogo permanente com a comunidade em que se insere, e tem por missão fundamental preparar os jovens para a vida. Ao contrário da tendência centralizadora que desde quase sempre tem sido apanágio do nosso sistema educativo, teremos que avançar para a descentralização, a autonomia e a flexibilidade das escolas: é necessária uma descentralização de competências, no sentido de adequar o projecto educativo de cada escola às características do meio em que se insere.

Não basta, no entanto, escolarizar-se as crianças e os jovens, se os pais mantiverem níveis baixos de escolaridade. Necessitamos, por isso, de um sistema educativo que possibilite o *desenvolvimento dos projecto*s educativos, que permita a *inclusão de todos* os cidadãos no sistema, que *favoreça a qualidade*, que *potencialize o diálogo* entre o sistema educativo e a sociedade na sua globalidade – em vez de um sistema que impõe o atrofiamento dos projectos inovadores (como tantas vezes e em tantos casos tem acontecido), que incentiva a exclusão dos cidadãos do sistema, que permite o sacrifício da qualidade, e que desenha para as escolas um perfil de "instituições autistas" relativamente ao meio em que se inserem.

Em contrapartida, queremos uma escola que nos prepare e garanta o futuro. E isso, por agora, está nas nossas mãos: nas mãos daqueles que frequentaram e receberam como herança uma escola baseada na máquina centralizadora e desfasada do tempo e do terreno, e que cada vez mais – obrigatória e rapidamente – tem que se basear no aluno. E isso não é novidade: os Gregos e os Romanos já o sabiam. A dois milénios de distância, é tempo de o pormos em prática em Portugal.

E nesta matéria, os municípios serão chamados, cada vez mais, a ter uma palavra definitiva – no respeito e na continuação dos aspectos mais positivos da nossa velha tradição municipalista, necessariamente adaptada às novas realidades de uma sociedade globalizada – na sequência do conceito que tem vindo a ser aplicado a diversas iniciativas no contexto da educação internacional e que foi adiantado por Stuart Grauer em 1989: "pensar globalmente, agir localmente".

A educação do futuro passa, obrigatoriamente, por estes caminhos. E eu estou convencido de que os trabalhos deste fórum não deixarão de trazer novos contributos para uma nunca por demais repetida reflexão sobre o que pretendemos para as nossas escolas do século XXI – contributos esses que serão muito bem vindos pela Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República.

Bem hajam, pois, por esta iniciativa.